

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM LICENCIANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Josilene Alves da Paz¹; José Diego de Sousa Carvalho²; Lara Paulino Cazé³; Maria Rerbelânia de Souza Pereira⁴; Veronica Nogueira do Nascimento⁵

¹ Universidade Regional do Cariri – URCA, Campos Sales, Ceará, Brasil, josilenealvesdapaz210@gmail.com

² Universidade Regional do Cariri – URCA, diegocarva65@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri – URCA, larapaulinocaze@gmail.com

⁴ Universidade Regional do Cariri – URCA, maria.pereira@urca.br

⁵ Universidade Regional do Cariri – URCA, veronica.nogueira@urca.br

Introdução

A consolidação da educação inclusiva no contexto brasileiro tem produzido deslocamentos importantes na organização do trabalho pedagógico e na formação inicial de professores. No campo da Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume papel estratégico ao articular ações voltadas à eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação de estudantes público-alvo da educação especial, entre eles aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conforme orienta a política nacional vigente, o AEE deve complementar e suplementar a escolarização, organizando recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes (Brasil, 2025).

No âmbito das políticas públicas, a ampliação do direito à escolarização em classes comuns tem exigido das redes de ensino e das instituições formadoras a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às especificidades do desenvolvimento humano. Tal movimento desloca o foco de intervenções centradas exclusivamente no diagnóstico para abordagens que considerem o contexto escolar, as mediações pedagógicas e as condições concretas de participação do estudante. Nessa direção, estudos recentes destacam que o AEE se fortalece quando articulado ao trabalho colaborativo entre professores da sala comum, profissionais do atendimento especializado e família (Miranda *et al.*, 2025; Prado; Alves, 2025).

No campo da formação docente, ganha relevo a inserção de experiências investigativas e interventivas no percurso formativo dos licenciandos, sobretudo em disciplinas que problematizam as necessidades educacionais específicas. Pesquisas apontam que a aproximação com situações reais de escolarização favorece o desenvolvimento de uma postura pedagógica mais reflexiva e contextualizada, contribuindo para que futuros professores compreendam a educação inclusiva para além de sua dimensão normativa (Mussi; Flores; Almeida, 2021; Montalvão; Triani, 2025).

Foi nesse contexto que estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no âmbito da disciplina de Necessidades Educacionais Especiais e Práticas Pedagógicas, desenvolveram uma experiência de investigação e intervenção no AEE junto a um estudante com TEA matriculado em escola pública do município de Campos Sales (CE). A experiência envolveu observação em sala de aula, entrevistas com a professora e com a responsável legal, bem como

A experiência desenvolvida no âmbito da disciplina permitiu evidenciar, em primeiro plano, a importância do movimento investigativo realizado pelos licenciandos para a compreensão das necessidades educacionais do estudante com TEA. A observação em sala de aula indicou que o estudante participava das atividades propostas e mantinha interação com colegas e professores, demonstrando boa inserção no grupo. Ainda assim, em situações que exigiam maior tempo de concentração e organização das tarefas, tornavam-se mais visíveis as demandas por mediações pedagógicas individualizadas.

Esse cenário aproxima-se das discussões de Prado e Alves (2025), que chamam atenção para o fato de que a participação de estudantes com TEA tende a se ampliar quando o contexto escolar apresenta organização pedagógica estruturada e práticas docentes sensíveis às singularidades do desenvolvimento. No caso acompanhado, a postura acolhedora da turma e o vínculo estabelecido com a professora regente mostraram-se elementos que favoreceram a permanência e o engajamento do estudante nas atividades escolares.

As entrevistas contribuíram para qualificar a leitura do caso. A professora destacou que o estudante demonstra interesse mais evidente em atividades que envolvem desenho, indicando a necessidade de estratégias que considerem e mobilizem essa potencialidade. A responsável legal relatou a existência de acompanhamento médico e enfatizou a importância do apoio da escola no percurso de desenvolvimento do filho. Tiradentes, Araújo e Lopes (2017) afirmam que a aproximação entre essas informações reforça a compreensão de que a inclusão escolar se sustenta em uma relação de corresponsabilidade entre escola e família.

A partir desse conjunto de informações, elaboramos o PAEE. O processo exigiu a identificação de barreiras à aprendizagem, a definição de objetivos pedagógicos e a proposição de estratégias compatíveis com o contexto observado. Entre as ações sugeridas, destacaram-se o uso de recursos visuais, a organização de rotinas mais estruturadas e a valorização do desenho como elemento mediador da aprendizagem.

O PAEE também contemplou a definição de objetivos pedagógicos de curto prazo, com ênfase no fortalecimento da atenção em atividades dirigidas, na ampliação da autonomia na execução de tarefas e no apoio à organização das rotinas escolares. Considerando o interesse já evidenciado do estudante por atividades de desenho, o plano previu a mobilização dessa potencialidade como estratégia de apoio à aprendizagem, articulando elementos visuais aos conteúdos trabalhados em sala comum. Foram igualmente sugeridas orientações à professora quanto à fragmentação das instruções e ao uso de pistas visuais, buscando reduzir barreiras à compreensão das propostas pedagógicas.

Essa organização do planejamento aproxima-se de Prado e Alves (2025), ao ressaltarem que intervenções pedagógicas alinhadas às formas de engajamento do estudante com TEA tendem a favorecer sua participação nas atividades escolares. Miranda *et al.* (2025) enfatizam que a efetividade do atendimento especializado depende da articulação entre avaliação pedagógica, definição de metas individualizadas e acompanhamento sistemático das estratégias propostas. Vivenciar a elaboração do PAEE possibilitou-nos exercitar essa lógica de planejamento intencional, ancorada na análise contextual das necessidades educacionais identificadas.

Do ponto de vista formativo, a elaboração do PAEE mostrou-se particularmente significativa, uma vez que exigiu a articulação entre referenciais teóricos e a interpretação do contexto escolar. Mussi, Flores e Almeida (2021) assinalam que o relato de experiência ganha consistência quando ultrapassa a dimensão meramente descritiva e incorpora análise crítica da prática vivenciada. No percurso desenvolvido, percebemos que o contato com a situação concreta contribuiu para a compreensão do AEE como espaço de planejamento pedagógico sistemático, superando sua compreensão como atendimento de natureza assistencial.

No plano das políticas públicas, a experiência desenvolvida dialoga com as diretrizes da PNEEI que orienta a adoção de medidas individualizadas e o fortalecimento do trabalho colaborativo no interior da escola (Brasil, 2025). Ao mobilizarmos procedimentos de observação, escuta da família e planejamento pedagógico, foi possível vivenciar, em situação concreta, princípios que estruturam o AEE na perspectiva inclusiva contemporânea.

A experiência desenvolvida evidenciou que a vivência de procedimentos investigativos articulados ao planejamento do PAEE contribuiu para qualificar a leitura pedagógica do caso acompanhado. No percurso formativo, pudemos tensionar a compreensão do AEE como espaço de intervenção intencional, ao mesmo tempo em que se explicitou a centralidade das mediações pedagógicas e do trabalho colaborativo para a sustentação de práticas inclusivas no contexto escolar.

Conclusões

A experiência formativa desenvolvida permitiu-nos compreender que a inserção de práticas investigativas e interventivas na formação inicial contribui para ampliar a leitura pedagógica acerca das demandas educacionais de estudantes público-alvo da educação especial. Constatamos que a aproximação com a realidade escolar, articulada à elaboração do PAEE, favoreceu a construção de um olhar mais atento às singularidades do estudante com TEA e às mediações necessárias ao seu processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, a vivência indicou que a efetividade das ações inclusivas permanece condicionada à continuidade do trabalho colaborativo entre professores, família e AEE, bem como ao fortalecimento de práticas pedagógicas intencionalmente planejadas no contexto escolar.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado; Transtorno do Espectro Autista; Formação de Professores.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025*. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025.

MIRANDA, Leandro *et al.* O papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE): desafios e perspectivas para a implementação do AEE como prática pedagógica complementar e suplementar à escolarização, à luz do novo decreto federal. *Conhecimento em Rede: Explorando a Multidisciplinaridade*, v. 3, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/editoraimpacto/article/view/11522>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MONTALVÃO, Aliana Vicente da Silva; TRIANI, Felipe da Silva. Práticas educativas e representações sociais no AEE: sentidos construídos por professores e mediadores. *Revista Teias*, v. 26, n. 82, jul./set., e91330, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/91330>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 1-18, out./dez. 2021.

PRADO, Carolina; ALVES, Júlio. Autismo e Educação Infantil: a experiência de profissionais da educação na construção da inclusão em uma escola pública do Distrito Federal. *Redin – Revista Educacional Interdisciplinar*, Taquara, v. 14, n. 1, p. 556-576, 2025. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/4037>. Acesso em: 12 jan. 2026.

TIRADENTES, Cibele Pimenta; ARAÚJO, Lucélia Gonçalves de Oliveira Machado; LOPES, Ranib Aparecida dos Santos. Educação infantil e o autismo: relato de experiência. *Revelli*, v. 9, n. 2, p. 70–82, jun. 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/6087>. Acesso em: 12 jan. 2026.

